

**ATA DA NONAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60

Aos dezesseis dias do mês de março de dois mil e sete realizou-se a Nonagésima Quarta Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, situado à Rua Carlos Chagas, n.º 55 – 11º andar – sl. 1108, Porto Alegre, com o início às quatorze horas e vinte e três minutos, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sra. Vera Callegaro**, Secretária de Meio Ambiente; **Sra. Rosane Hendrich**, Representante do Secretário da Saúde; **Sr. Adoralvo Antônio Schio**, Representante do Secretário da Agricultura e Abastecimento; **Sr. Edmundo Fernandes da Silva**, Representante do Secretário de Energia, Minas e Comunicação; **Sra. Faraildes Auta de Avila**, Representante da Secretária de Educação; **Sr. Marcelo Zaslavski**, Representante do Secretário da Cultura, **Sr. Paulo Renato dos Santos Souza**, Representante do Secretário de Ciência e Tecnologia; **Sr. Ronaldo Nery**, Representante do Secretário de Obras Públicas e Saneamento; **Sr. Alexandre Lino**, Representante do Secretário de Justiça e Segurança; **Srs. Cristiano Kern Hickel e Paulo Brack**, Representantes Titular e Suplente do INGA; **Sra. Edi Xavier Fonseca**, Representante Titular da AGAPAN; **Sra. Lisiane Becker e Karin Poter**, Representantes Titular e Suplente do Mira-Serra; **Sr. Manoel Francisco Moreira**, Representante Titular do Amigos da Floresta; **Sra. Maria Teresa Raya Rodrigues**, Representante Suplente da Instituição Universitária Pública; **Sra. Elizabete Maria Zanin**, Representante Suplente da Instituição Universitária Privada; **Sr. Paulino Olivo Donatti**, Representante Suplente da FETAG; **Sr. Clóvis Zimmer**, Representante Titular da FIERGS; **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho**, Representante Suplente da FARSUL; **Sr. Luiz Antônio Borges Germano da Silva**, Representante Titular da Sociedade de Engenharia do Estado do Rio Grande do Sul; **Sr. Valtemir Goldmeier**, Representante Titular da FAMURS; **Sr. Carlos Termignoni**, Representante Titular do Centro de Biotecnologia do Estado do Rio Grande do Sul; **Sr. Irineu Ernani Schneider**, Representantes Titular da FEPAM. Participaram também da reunião, como convidados: Valéria da Cunha Oliveira, SAALVE; Vireni de Carvalho Fett, OAB/RS; Idalino e João Fernando Diehl, ECOÁGUA; Ricardo José Núncio e Otacílio Grivat, FECOAGRO; Jefferson André Floss, DEFAP/Caxias do Sul; Márcio Amorim, FEPAM; Alexandre Burmann, NAT; Henzo Bassametti, PANGEA; Paulo Renato Paim, DRH/SEMA; Maria Cristina S. de Magalhães; Lúcia Ortiz, Amigos da Terra; Letícia Seibel Hummes, FAMURS; Alex Neves Strey, visitante; Ana Rosa Bered, FEPAM; Alexandre Bugin, ABES; Niro Afonso Pieper, SIGA-RS/SEMA. Os trabalhos foram abertos e presididos pelo Sr. Valtemir Goldmeier, Representante da FAMURS. **Pauta: 1. Discussão da ata da 93ª Reunião Ordinária do CONSEMA; 2. Comunicações; 3. Esclarecimentos sobre a Lei Federal 11.428, de 22/12/2006, e sobre a Resolução n.º 388, de 23/02/2007, que convalida a Resolução n.º 033, de 07/12/1994, quanto ao licenciamento na Mata Atlântica; 4. Relato da implementação das ações sugeridas pela Força Tarefa do Rio dos Sinos, realizada entre a SEMA/Municípios/Comitê de Bacias; 5. Relato sobre o seminário O sistema Gaúcho de Recursos nas bacias hidrográficas dos Rios Gravataí e Sinos, realizado pela SEMA/ANA/Comitê Sinos; 6. Apresentação pela FECOAGRO/RS do Programa Estadual de Gestão Ambiental Cooperativo desenvolvido em parceria com a SEMA/FEPAM; 7. Relato sobre o projeto de lei de reestruturação administrativa do Estado; 8. Assuntos Gerais.** **Sr. Presidente:** Boa-tarde a todos, Senhoras e Senhores Conselheiros, visitantes do nosso Conselho, participantes, Secretaria Executiva, sejam bem-vindos a nossa Nonagésima Quarta Reunião Ordinária deste Conselho Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul. Segundo a nossa pauta encaminhada a todos os Conselheiros, nós temos oito pontos em pauta, houve já a solicitação, por parte da SEMA, através do DEFAP, que o Item 3 da nossa pauta fosse colocado mais para o final da reunião. Então, sugiro que o Item 3 passe para logo após o Item 6. Como é de praxe, alguma inversão de pauta a gente sempre solicita neste momento. Também há um pedido da Secretaria de Educação no sentido da manifestação de uma pessoa com conhecimento na área de economia de água. Essa manifestação se dará, então, em Assuntos Gerais. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Eu vou pedir, Presidente, se possível, a gente não fazer a aprovação desta ata de fevereiro nesta reunião, em função de que esta ata é muito longa, foram mais de três horas de discussão. Então, eu pediria que a gente não fizesse a aprovação desta ata. **Sr. Presidente:** Alguém é contrário que a gente faça a aprovação da Ata da 93ª Reunião na próxima reunião? Não havendo manifestação em contrário, solicitação acatada. Portanto, a Ata da 93ª Reunião será apreciada e votada na 95ª Reunião deste Conselho. **2. Comunicações.** Quanto a Comunicações: recebemos o Ofício n.º 032/07, da Secretaria da Saúde, do Gabinete Estadual da Vigilância em Saúde, comunicando que tendo em vista a impossibilidade da presença do Titular Francisco Paz e sua Suplente, indicamos a Técnica Rosane Hendrich para representar o Centro de Vigilância e Saúde na reunião do CONSEMA de 16 de março. Recebemos também um documento do Comando Ambiental, assinado pelo Cel. Juarez, informando o MD 0421/07, é a numeração do documento: *Ao cumprimentá-lo cordialmente venho através do presente informar que o Comando Ambiental será representado pelo Major Alexandre Martins de Lima na reunião de hoje, às 14 horas. Assim sendo encaminho a relação anexa, atualizada, a devida transferência do Tenente Mereb e*

61 *do Primeiro-Tenente Castor do Comando. Portanto, houve também uma solicitação por parte da Brigada*
62 *Militar de alteração da nominata da Brigada Militar nas respectivas Câmaras Técnicas, que eu passo a*
63 *informar agora, que foi encaminhado através do Ofício n.º 0223/07, que informa o seguinte: Ao*
64 *cumprimentá-lo colho a oportunidade de solicitar a inclusão do Comando Ambiental representando a*
65 *Brigada Militar nas seguintes Câmaras Técnicas do CONSEMA, visto que entendemos de vital*
66 *importância a participação da Brigada Militar como forma de compartilhar os nossos conhecimentos e*
67 *auxiliarmos na resolução das mais diversas demandas, as quais de forma evidente poderão ter as suas*
68 *consequências nas mais diversas esferas penal, civil e administrativa, além disso, a exclusão da*
69 *Secretaria de Justiça e Segurança das Câmaras Técnicas não teve justificativa pertinente, até mesmo*
70 *porque, ao nosso juízo, a participação era de grande viabilidade e vital por equilíbrio. As Câmaras*
71 *Técnicas onde a Brigada Militar solicita inclusão: Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, Câmara*
72 *Técnica de Controle e qualidade Ambiental, Câmara Técnica de Agropecuária e Agroindústria, Câmara*
73 *Técnica de Gestão Compartilhada, Câmara Técnica de Gestão das Águas, Câmara Técnica Permanente*
74 *de Resíduos Tóxicos. Outrossim, remeto a nominata dos oficiais os quais indico para que componham as*
75 *respectivas Câmaras Técnicas. Aí recebemos as respectivas indicações, que serão devidamente*
76 *publicadas. Eu consulto a Plenária se alguns dos Conselheiros é contrário a inclusão da Brigada Militar*
77 *nessas Câmaras Técnicas? Não havendo consideramos a Brigada Militar inclusa em todas essas Câmaras*
78 *Técnicas, mas desde já rogamos e fazemos um apelo para que haja efetiva participação. Semana retrasada*
79 *tivemos a reunião da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, como já havíamos incluído a Brigada Militar,*
80 *por solicitação do Coronel Juarez, a Câmara Técnica pela terceira ou quarta vez não teve quorum e a*
81 *Brigada Militar naquela reunião não se fez presente. Então, eu faço um apelo a todas as Entidades que*
82 *participam das Câmaras Técnicas, no sentido de se agendarem, porque na Câmara Técnica de Assuntos*
83 *Jurídicos nós temos integrantes que vêm do interior, fazem viagens de 200, 300 Km e chegando aqui não*
84 *tem quorum. Então, nós temos que nos entender, porque quem paga isso é a sociedade do Rio Grande do*
85 *Sul, a maioria desses recursos são públicos. Então, faço esse apelo. De forma alguma a minha*
86 *manifestação é no sentido de criticar a Brigada Militar, a minha manifestação é geral, no sentido de todos*
87 *nós busquemos essa situação de sermos responsáveis em estarmos nas Câmaras Técnicas as quais nos*
88 *responsabilizamos em participar. Também recebemos um ofício da Secretaria de Meio Ambiente,*
89 *assinado pelo Cilon Rosa Neto, da Câmara Técnica de Educação Ambiental: *Prezado Senhor, vimos**
90 *através deste solicitar a indicação de membros da Câmara Técnica de Educação Ambiental como*
91 *representantes do Conselho Estadual de Meio Ambiente, no órgão gestor da política estadual instituído.*
92 *Sendo o que tínhamos para o momento subscrevemo-nos atenciosamente. Teremos que passar para a*
93 *análise, porque os membros da Câmara Técnica não necessariamente têm assento no CONSEMA. Outro*
94 *ofício, da mesma Câmara Técnica: *Prezado Senhor, vimos por meio desta solicitar a exclusão da**
95 *Instituição Universitária Privada da composição da Câmara Técnica Permanente de Educação*
96 *Ambiental, tendo em vista a ausência não justificada em todas as reuniões da Câmara Técnica já em*
97 *2006. Ressaltamos que a Entidade ao receber correspondência informando quanto à situação,*
98 *manifestou-se no sentido de continuar na Câmara Técnica, mas até o momento não indicou novos*
99 *representantes, contribuindo para a falta de 'quorum' e prejudicando assim a realização das reuniões.*
100 *Na verdade, o que houve no final do ano passado foi a exclusão de todos aqueles que tinham mais de três*
101 *faltas. Portanto, eu entendo que a Entidade já está excluída, ela poderá retornar se fizer o mesmo*
102 *procedimento que a Brigada Militar aqui o fez. Então, é só a leitura da correspondência. Segundo a*
103 *Secretaria Executiva, em função de que a Instituição se manifestou que queria continuar, mas não indicou*
104 *quem iria participar, quer dizer, a gente exclui, se quiserem retornar retornem. Recebemos neste momento*
105 *um fax da Secretaria de Obras, comunicando que o servidor Ronaldo Nery representa a Secretaria de*
106 *Obras nesta nossa reunião. Considerando a nossa Pauta, o Item 3 nós passamos posterior ao Item 6. Então,*
107 *neste momento gostaríamos de chamar o Pieper, que vai falar sobre a Força Tarefa. **4. Relato da***
108 ***implementação das ações sugeridas pela Força Tarefa do Rio dos Sinos, realizada entre a***
109 ***SEMA/Municípios/Comitê de Bacias. Sr. Niro Afonso Pieper:*** *Boa-tarde a todos. O que nós estamos*
110 *trazendo hoje é a implementação das ações propostas pela Força Tarefa, as quais a Secretaria entendeu*
111 *adequadas e na medida para algumas soluções e para a resolução na questão do ambiente em torno do*
112 *Sinos. A Secretária recebeu esse relato, acho que em 9 ou 10 de janeiro, e a no dia 12 de janeiro reuniu*
113 *diretores e assessores para definir o que fazer com o relatório, que é extenso, com muita informação, que*
114 *culmina com essas 25 proposições. Então, foram atribuídas nessa primeira reunião algumas*
115 *responsabilidades e uma divisão de quem deveria comandar o processo ou tomar a iniciativa dessas*
116 *propostas. Enfatizando que nenhuma delas é execução imediata ou exclusiva de um órgão. A questão do*
117 *compartilhamento dessa gestão do Rio dos Sinos, como em qualquer área, é notória e por isso foram, na*

118 verdade, atribuídas alguns nomes de órgãos, de entidades, de organizações não governamentais, às vezes
119 responsabilidade até pessoal de algumas pessoas que deveriam comandar cada uma dessas 25 propostas.
120 Também fizemos o agrupamento delas por temas, é genérico, mas agrupando por temas, como, por
121 exemplo, saneamento, gestão ambiental ou gestão de recursos hídricos, e ainda alguns outros grupos.
122 Surgiu daí a necessidade de repassar isso para os demais parceiros, que, na verdade, nós estávamos em
123 uma reunião da direção da Secretaria e algumas atribuições extrapolam totalmente o âmbito da
124 competência e atribuição da Secretaria. Foi, então, idealizado o encontro, foi feito no Barco Martim-
125 Pescador, estiveram presentes 18 prefeitos em que mais uma outra definição foi tomada, ou uma
126 deliberação do grupo, mas, também, por propostas nossa, de dividirmos também a bacia em grupos
127 menores para implementar essas propostas, para termos um trabalho de grupos menores. Isso foi feito que
128 nós partimos para reuniões, na verdade, tivemos várias reuniões de trabalho em vários grupos, alguns com
129 a participação da totalidade dos prefeitos, outros com a ausência da totalidade dos prefeitos. A grande
130 disputa foi a responsabilidade pela poluição, se era do ente ou dos governos municipais, por causa da
131 questão do esgotamento sanitário, ou da indústria, portanto, mais afeto à serviço do órgão ambiental
132 estadual. Claro, é um pouco de tudo isso. E fecha também essa ação com uma outra prioridade da
133 Secretaria, já que ela coordena a política ambiental no Estado e tem essa função, é de implementar cada
134 vez mais ações integradas de fiscalização. E para tanto já existia um modelo de organização disso na área
135 do Projeto Mata Atlântica. Então, estamos tentando replicar um plano operacional de controle, trazer isso
136 também para a bacia dos Sinos e quiçá para outras bacias, que é envolver os parceiros, atribuindo a eles
137 responsabilidade, fazendo uma agenda. Quem acompanhou sabe que uma certa celeuma foi criada em
138 relação à divisão por trechos. Hoje nós temos uma garantia de que há lá uma grande possibilidade de surtir
139 ações com eficácia nos trechos, mas que também devemos discutir toda a Bacia dos Sinos. Isso é uma
140 reivindicação, e também não surpreende, do Comitê, com o qual nos dividimos a gestão ambiental e de
141 recursos hídricos. O primeiro grupo é de gestão ambiental, essas propostas estão no site tanto da FEPAM
142 quanto da SEMA. Ali estão os números, na verdade, nós reunimos aquelas que são mais de gestão
143 ambiental para podermos tratar isso em um bloco. Aí tem a implementação do SIGA nos municípios que
144 ainda não tem, a implementação dos planos ambientais, que é um dos requisitos para a implementação do
145 SIGA, mais a questão de espacialização de todas as ações na parte de geoprocessamento. Na parte de
146 gestão ambiental também, o encaminhamento da lei que cria a TCFA, e esse assunto já foi debatido neste
147 Plenário. Então, tem um grupo de licenciamento e fiscalização, aí quero frisar, nesse embate entre divisão
148 por trechos, responsabilidade dos órgãos estaduais e a responsabilidade Comitê, essas atividades me
149 parecem que são não privativas, mas são da responsabilidade dos órgãos ambientais, por isso estão em um
150 bloco. Cabe a participação do Comitê, mas não são responsabilidades do Comitê. Isso está bastante
151 melhor, esse entendimento entre Comitê e a Secretaria, que houve um primeiro momento de uma certa
152 tenção. Uma das coisas que tenho dito é o seguinte: temos que sair do curso do rio principal, do Sinos,
153 temos que nos voltar para os arroios, a poluição está nos arroios. Tem a questão da fiscalização integrada,
154 tão destacada na Secretaria, uma questão bem pontual sobre mineração e a capacitação. Uma coisa é certa,
155 Sinos e Gravataí são prioridades para a Secretaria, portanto, tudo o que se fizer terá como primeiro foco as
156 bacias críticas. Na área de gestão de recursos hídricos tem algumas propostas: a questão de aquisição de
157 instalação de monitoramento *on-line*, que hoje o monitoramento é com coleta de barco, ou, então, na
158 coleta das captações de água das concessionárias. Criação de agência hidrográfica, está no plano de
159 Seguente da própria Secretaria, mas, também, veio com propostas da Força Tarefa. A instituição do
160 princípio do usuário pagador da água e a implementação dos planos de bacia, aí tem a ver com os
161 recursos, com a articulação do próprio Conselho de Recursos Hídricos. Teve um bloco de saneamento,
162 esse é o que envolve a maior quantidade de recursos, aí tem desde campanha de mídia para consumo
163 racional da água, como o apoio e a orientação para a elaboração dos planos de saneamento, tanto regional
164 quanto municipal, que foi objeto da resolução da FEPAM, dando do prazo de 180 dias, que já está quase
165 vencido. Então, na verdade, estamos junto com os municípios, acelerando esses processos de
166 planejamento. Um que envolve bastante ação política e ação legislativa, até conforme o Ministério Público
167 tem colocado, que é a obrigação da ligação das economias nas redes, ligação do esgoto onde tem rede. E o
168 grande calcanhar aqui é os custos para o aumento da capacidade de coleta de tratamento de esgoto nesses
169 municípios, já que é um dos grandes focos da poluição na região. Depois, um outro debate, é a questão da
170 criação do consórcio, nós entendemos que é não só viável como até necessário para melhorar a gestão na
171 região. Por fim, o que era o foco mesmo da Força Tarefa, ela foi criada em cima da emergência, a Força
172 Tarefa foi criada para buscar um planejamento para a emergência, que no momento estamos longe da
173 emergência, mas não esta totalmente afastada. Então, para estarmos preparados para próximos eventos
174 radicais. Aí tem a criação do Fundo Estadual de Defesa Civil, se eu não me engano até já existe, e a

175 questão da oxigenação, que foram levantados aeradores, injeção de ar. E deixar bem claro que não foi com
176 rigor técnico que isso foi feito, na verdade, foi para salvar cardumes que estavam trancando em áreas onde
177 a oxigenação era muito baixa. Então, não vamos entrar nesse detalhe. A divisão dos trechos, cada um dos
178 trechos tem normalmente um município com uma maior população. Então, normalmente o município
179 maior aí assumiu, sempre foi o anfitrião nas primeiras reuniões e os outros acompanharam, já existe até
180 uma sistemática de rodízio, de reuniões fixas, que foram estabelecidas nessas reuniões com os grupos. Eu
181 posso citar algumas decisões dos trechos. Aí foi interessante que nós consagramos isso, vimos que, na
182 verdade, as prioridades em cada um dos trechos não são iguais, tem semelhanças, a questão do
183 saneamento é problema em todo o lugar, mas existem situações em que a prioridade, ou até a viabilidade
184 de ação imediata é uma e no outro trecho é outra. Então, no trecho um se falou bastante em saneamento e
185 educação ambiental, no dois os municípios já assumiram monitoramento do rio, que era feito pela
186 FEPAM, no trecho dois também existe bastante disparidade entre os municípios quanto ao avanço dos
187 planos de saneamento. Foi marcada uma expedição no próprio rio, que, na verdade, foi uma questão de
188 metodologia, choveu no dia e o rio estava muito alto, não foi feito, mas vai ser marcado no dia 28 agora. E
189 no trecho três uma coisa bem específica, na verdade, eles decidiram fazer uma ação de fiscalização de
190 tamanhos de fossas que são vendidas nas lojas. É uma coisa bem específica, mas que para eles vai surtir
191 um efeito grande em cima do comércio, da construção, mas, também, da conscientização e sensibilização
192 dos consultores e dos moradores. Na verdade, uma fossa, se estiver escrito *seis pessoas* e tiver tamanho
193 para duas, ela serve para duas e não para seis. Então, é uma coisa que vai ser feita lá na região, é uma
194 região onde também escolheram a reconstituição da mata ciliar como uma das prioridades, e não poderia
195 ser diferente, é a região onde a mata ciliar é a mais estreita, ou onde tem a menor densidade de mata ciliar.
196 Depois, no trecho quatro, é um trecho que já se reuniu três vezes, sempre com todos os municípios
197 presentes, que na questão da fiscalização veio a se integrar ao Projeto Mata Atlântica, que abrange boa
198 parte desses municípios, e também estão discutindo, estão justapondo os seus planos de saneamento. No
199 cinco uma outra surpresa eles resolveram trabalhar inicialmente com comunidades isoladas, eles têm as
200 nascentes do rio, trabalhar com alternativas sustentáveis para manter as pessoas nesses lugares, que, na
201 verdade, eles sofrem restrições tanto da nova lei da Mata Atlântica, e também porque muitos são atingidos
202 pelas áreas de entorno, ou até da própria área das unidades de conservação. Eu trouxe um quadro para
203 mostrar a sinergia que isso gera, aí tem dois trechos em que isso não foi aferido ainda, o cinco e o um
204 ainda não disseram quantos profissionais disponíveis têm, tantos veículos, tanto barcos, mas se pegar os
205 outros trechos que já fizeram isso, nós chegamos a 37 técnicos; quer dizer, dá para fazer uma operação
206 com 37 técnicos em três trechos, não dá para dizer que tem pouca gente trabalhando nessa área. Mais 43
207 pessoas de apoio, são aquelas pessoas que trabalham no meio ambiente, mas 22 veículos e 9 barcos. Quer
208 dizer, recursos materiais e humanos têm, resta fazer uma integração, um trabalho mais integrado e de
209 efeito prático. Os municípios menores têm um certo receio de tomar a iniciativa e ao serem coordenador
210 pelo Comitê, pelo Estado, ou pelo Comando Ambiental em uma ação integrada, perdem um pouquinho
211 aquela iniciativa da fiscalização ostensiva, aquela que não parte da denúncia. Isso em um primeiro
212 momento vai ajudar, em um segundo momento nós entramos em um ritmo que isso deixa de ser tabu de
213 fiscalizar o vizinho. A maioria dos trechos definiu datas fixas, por exemplo, o trecho dois é toda primeira
214 quarta-feira do mês, às 14 horas; o trecho três na última segunda-feira do mês, às 14 horas; o trecho quatro
215 na primeira terça-feira, às 9 horas; e o trecho cinco, marcadas a cada reunião ainda não fizeram um
216 calendário. A palavra-chave nessa ação de recuperação da qualidade do Sinos tem que ser a cooperação
217 entre todos os órgãos ambientais. É bonito ver a participação muito expressiva das organizações não
218 governamentais nesse processo e praticamente não há ausência dos gestores municipais, tanto do Chefe do
219 Executivo em muitas reuniões, como a participação muito intensa dos gestores da área ambiental nessas
220 reuniões. Muito provavelmente dia 29 nós faremos o fechamento dessa primeira rodada, ainda a marcar,
221 mas muito provavelmente, no dia 29 deste mês ainda, onde em uma demonstração de que todos devem
222 trabalhar no mesmo sentido, vai ter reunião do consórcio, do Comitê e a reunião dos trechos, todos com o
223 mesmo intuito de recuperação do Rio dos Sinos. Muito obrigado. **Sr. Presidente:** Alguma pergunta dos
224 Conselheiros em relação ao trabalho que está sendo desenvolvido, em relação à Força Tarefa? **Sr. Paulo**
225 **Brack:** Boa-tarde. Eu gostaria de fazer duas colocações, inicialmente, em relação à questão de metas,
226 porque eu acho que qualquer plano ambiental tem que ter metas bem claras, temporais e quantitativas.
227 Muitas vezes a gente coloca questões, se forem muito importantes, porém, se não tivermos metas bem
228 claras para serem atingidas em conjunto, inclusive, para serem cobradas do Governo demandas, que são
229 muito importantes. E eu colocaria uma aqui em relação a esse fato que aconteceu no Rio dos Sinos, ele
230 denotou uma enorme fragilização da gestão ambiental, que não vem de um governo ou outro, quer dizer, é
231 um processo histórico e que nesse sentido de maneira que se poderia pensar no fortalecimento

232 institucional, considerando-se que sabemos que já na própria FEPAM vários técnicos que entraram no
233 último concurso já pediram demissão, e em órgãos municipais, muitos desses funcionários são CCs.
234 Então, eu vejo que no âmbito da gestão ambiental o setor humano está, digamos assim, muito
235 enfraquecido. Então, é fundamental o fortalecimento institucional, para que a gestão ambiental, no caso
236 desse rio e dos demais, as bacias, sejam bem fortalecida. Então, são duas questões que eu gostaria de
237 colocar aqui. Muito obrigado. **Sr. Presidente:** Mais alguma manifestação? Desde já queria convidar a
238 Secretária Vera Callegaro para fazer parte da Mesa. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Eu não chamaria de
239 fragilidades, mas, na verdade, melhoria na gestão com certeza. Eu queria dizer o seguinte: nós colocamos
240 ali que há técnicos estaduais incluídos, é mais ou menos a cota que nós teríamos, a participação do
241 DEFAP, da FEPAM, da Fundação Zoobotânica nisso. Muito bem lembrado, nós temos que tratar também
242 das outras bacias, mas eu acho que com um trabalho conjunto dá tranqüilamente para fazer um trabalho,
243 não é o melhor. Há metas estabelecidas, a própria aquisição de equipamentos para monitoramento é uma
244 meta, estabelecimento de prazos para o município apresentar planos de saneamento para posterior
245 implementação é uma meta. Nós temos um projeto aqui no DEFAP de recomposição de mata ciliar, ele é
246 tradicionalmente executado pelos municípios, direcionar para lá é uma forma de recuperar o Sinos. **Sra.**
247 **Vera Callegaro:** Em relação à questão do fortalecimento dos órgãos ambientais, do Estado
248 principalmente, durante o Governo passado já fizemos algumas propostas, fizemos encaminhamento de
249 um concurso público para a SEMA, mas nós todos estamos acompanhando, que realmente pelo menos nos
250 próximos dois anos um concurso público, nós estamos vendo dificuldade. Nós temos um concurso que
251 deverá sair o edital, que é para atender aqueles cargos do Projeto Mata Atlântica. Esse vai sair brevemente,
252 mas fica restrito a essa área. O que nós estamos buscando é tentar fazer um diagnóstico, estamos
253 concluindo essa fase, já tivemos na questão dos recursos hídricos, e na parte do órgão florestal também
254 estamos fazendo uma avaliação, já levantando a situação tanto do Departamento de Força Tarefa, de
255 licenciamento, quanto das agências do interior e das unidades de conservação. Estamos buscando junto
256 com a Secretaria da Administração algumas formas de reforçar esse nosso quadro de pessoal, porque nós
257 temos agências que não têm técnicos, temos unidades de conservação com dificuldades também. Quando
258 nós reunimos todos para discutir essa questão da Força Tarefa foi na tentativa de identificar os diferentes
259 atores, que não são só do Estado, há vários atores envolvidos que podem, então, nessa sinergia procurar
260 ajudar a resolver a questão da Bacia dos Sinos. **Sr. Presidente:** Mais alguma manifestação? Não havendo,
261 esse assunto do Rio do Sinos nós entendemos que em todas as reuniões do CONSEMA esse assunto
262 retornará, ele é pauta permanente das reuniões. E considerando o trabalho que a SEMA vem fazendo,
263 entendemos nós que em cada reunião nós faríamos um pequeno relato do que está acontecendo. É uma
264 maneira de deixar os Conselheiros com conhecimento. E desde já faço um apelo, Pieper que não se fizesse
265 a reunião no dia 29, se fosse possível dia 30, porque como teremos reunião do CONAMA nos dias 27 e
266 28, provavelmente algumas pessoas não estarão. Também não foi relatado aqui que dentro da Força Tarefa
267 houve na semana passada a presença no Estado do Rio Grande do Sul, pela segunda vez em menos de três
268 meses, de um grupo de técnicos da Agência Nacional de Águas. Há também um entendimento por parte
269 do Governo Federal de que temos que dar um apoio e um aporte para essa fragilidade que o Rio Grande
270 do Sul demonstrou. É importante que nós tenhamos a consciência de que esse assunto só aconteceu no Rio
271 dos Sinos, e aconteceu agora por uma série de fatores, por uma série de responsáveis, mas, acima de tudo,
272 porque aquele local do Estado representa 20% do PIB do Estado do Rio Grande do Sul. Portanto, 20% dos
273 grandes empreendimentos que nós temos no Estado estão ali, e, infelizmente, a tecnologia que nós
274 brasileiros ainda usamos, principalmente no descarte de afluentes é através dos nossos corpos hídricos.
275 Então, o acidente era anunciado há muito tempo que poderia acontecer, tem vários atores responsáveis,
276 inclusive os municípios, mas outros também, mas de que a solução não será a curto prazo e muito menos
277 simplória. Então, o Conselho vai ter uma participação continuada nesse processo. **Sr. Niro Afonso**
278 **Pieper:** Eu só vou analisar a questão dos dias 29 e 30, porque existe a reunião do consórcio e do Comitê
279 marcada e nós queríamos demonstrar isso no mesmo dia, até por uma questão prática. **Sr. Presidente:**
280 Então, este assunto na nossa Pauta está vencido, mas, certamente, este assunto retornará ao nosso
281 Conselho para ser dialogado para que a gente encontre uma solução para que daqui alguns anos a gente
282 não corra esse risco. Em nome os municípios, Vera, eu faço um apelo no sentido de que houvesse por
283 parte da SEMA e da FEPAM uma manifestação para a Promotoria de Estância Velha e para a Promotoria
284 de Portão no sentido de ratificar a participação dos municípios na hora da emergência. Efetivamente quem
285 cedeu equipamento, pessoal, quem realmente fez a limpeza dos arroios no momento da crise foram os
286 municípios e os municípios entendem que os empreendedores causadores do desastre terão que ressarcir
287 as despesas dos municípios. Então, a gente gostaria de solicitar que houvesse uma manifestação da SEMA
288 e da FEPAM nesse sentido, porque isso vai fazer parte do processo que já tramita na justiça. E quanto aos

289 itens que a Força Tarefa considera como maneiras de resolver o problema, que fala em licenciamento
290 ambiental, nós também já externamos isso pessoalmente, mas agora externo isso no Conselho, nós vamos
291 fazer um apelo no sentido de que a FEPAM voltasse atrás na resolução que ela criou sobre a resolução de
292 competências para os municípios se licenciarem, para aqueles que além das atividades da 102 se dispõe a
293 licenciar mais coisas. Por que eu falo isso? Nesse caso nós temos três municípios com processo em
294 tramitação na FEPAM, que são do Rio dos Sinos, que contrataram equipe técnica, que a equipe técnica
295 está lá nas respectivas secretarias municipais e a delegação de competências não está acontecendo, até
296 porque a FEPAM fez uma resolução do Conselho da FEPAM, dizendo que entre outras coisas o município
297 tinha que estar 5 anos habilitado para poder-se credenciar a ampliar a sua delegação de competência.
298 Então, eu faço um apelo como Presidente do Conselho que a FEPAM reveja essa portaria e que, se
299 possível, discutisse ela antes de promulgá-la, para não ficar uma situação de que a gente tenha que fazer
300 uma solicitação para revogar algo que já foi institucionalizado. Então, nesse sentido eu faço um apelo e
301 tenho certeza de que esse apelo será atendido. E outro assunto em relação à Força Tarefa que nós os
302 municípios fazemos um apelo, aí falo como representante dos municípios, é que o projeto de lei da TCFA
303 seja encaminhado para a Assembléia Legislativa. Esse recurso da TCFA é recolhido e fica no caixa único
304 do Governo Federal, 60% é repassado para o Estado e município e 40% fica com a União. Como nós não
305 temos a lei e essa lei não cria taxa, essa lei tão somente regulamenta a 6938/81 e que cria a taxa de
306 controle e fiscalização ambiental. Só que pelo fato de que o Estado do Rio Grande do Sul não tem a lei, o
307 recurso não vem para cá. E esse recurso está sendo recolhido desde de 2002, são 4 anos de exercícios
308 completos onde esse recurso não está sendo recolhido. Então, nós já conversamos, não é Vera? E tenho
309 certeza que a Governadora vai-se sensibilizar com esse assunto, a Casa Civil também, no sentido de
310 encaminhar o mais breve possível esse projeto de lei para a Assembléia Legislativa. Então, esclarecendo
311 para a comunidade do Rio Grande do Sul, em especial ao nosso Conselho, não é a criação de uma taxa
312 nova, é regulamentar alguma coisa que já está em lei desde 1981, e depois disso, em 2002, no Congresso
313 Nacional aprovou a inserção dessa taxa dentro da 6938. Então, lamentavelmente, este recurso está sendo
314 desperdiçado, que poderia estar sendo usado na estruturação, como o colega a pouco se referiu, na
315 estruturação do Sistema Estadual de Proteção Ambiental. Então, eram esses dois apelos. **5. Relato sobre o**
316 **seminário O sistema Gaúcho de Recursos nas bacias hidrográficas dos Rios Gravataí e Sinos,**
317 **realizado pela SEMA/ANA/Comitê Sinos.** Em relação ao nosso Item 5 de Pauta, eu convido o Paim e
318 depois abrimos para as discussões. **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho:** Senhor Presidente, o senhor tocou nessas
319 resoluções internas da FEPAM, eu acho importante também colocar para a nossa Secretária, no final do
320 ano também a FEPAM emitiu uma portaria alterando a forma de cobrança na irrigação. Nós acordamos o
321 licenciamento dos irrigantes, o licenciamento seria cobrado por área irrigada e no final do ano foi emitida
322 uma portaria, a 10, se eu não me engano, que alterou de área irrigada para área irrigável. Se nós não
323 podemos analisar com a propriedade rural, com área irrigada, com área irrigável pode ser toda a
324 propriedade e o potencial em área irrigada, ou seja, aquilo que o produtor tem para irrigar, daqui a pouco o
325 seu equipamento não compensa, tem que irrigar toda uma área dessa. Então, fica muito difícil tu
326 trabalhos. E as alterações são bem significativas. Eu gostaria que isso fosse revista essa portaria também.
327 Obrigado. **Sr. Presidente:** Ok. Passo para o Paim. **Sr. Paulo Renato Paim:** Boa-tarde a todos. É um
328 relato breve, mas acho que o resultado do que aconteceu há uma semana atrás nesse evento que era um
329 seminário promovido pela Agência Nacional de Água, a Secretaria, mais as parcerias da própria
330 UNISINOS, dos dois Comitês e a Força Tarefa. Em primeiro lugar, a Agência Nacional de Águas está
331 interessadíssima que o departamento de Recursos Hídricos, o órgão gestor do Rio Grande do Sul, esteja
332 muito forte e muito estruturado, capaz de permitir que a ANA estabeleça parcerias em áreas eficientes e
333 eficazes aqui no Rio Grande do Sul. A ANA está bastante assustada de que ela tenha que permitir a
334 outorga desse potente rio Mampituba, que separa o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, mas também tem
335 que emitir outorga em todo o leito do Uruguai, em toda a lagoa Mirim, Jaguarão. No passado a ANA
336 achava que tinha que fazer tudo mesmo, agora, talvez sob a liderança do Zé Machado, todo mundo está
337 entendendo que isso é totalmente inviável, que as parcerias reais com os Estados tem que sair do discurso
338 e ir para a prática. Então, como o pessoal diz, não é de boazinha não, é que a ANA precisa de um órgão
339 forte, de interlocutores fortes em todos os Estados, especialmente aqueles de fronteira. Nessa medida vão
340 5 técnicos, e nos dias 7 e 8 reunimos nesta sala representantes da Secretaria de Meio Ambiente, da
341 Secretaria de Irrigação, da Agricultura, de Obras, enfim, todos os agentes do Estado que têm alguma
342 parceria já estabelecida, ou em estabelecimento com a Agência Nacional, nós reunimos aqui para botar um
343 pouco de ordem aqui e lá. O seminário veio também no contexto de organização das relações ANA e
344 Estado do Rio Grande do Sul. O segundo contexto é o que já foi citado aqui, que como dizia o Dilda, o
345 Rio Grande do Sul nunca mais será o mesmo depois da 180 toneladas de peixes mortos no Sinos. A

346 discussão também se deu porque estava previsto a questão de consórcios, por exemplo, previsto entre as
347 ações resultantes da Força Tarefa. Um outro contexto é o sistema gaúcho de recursos hídricos nós estamos
348 chegando a um impasse de que avançamos na organização social via Comitê, estamos avançando no setor
349 de planejamento, mas o apoio técnico para tudo isso não existe, que são as agências de vacina. Aí começa,
350 não avançamos no planejamento que não têm agências, as agências não se impõem porque não há
351 cobrança, aí a cobrança não dá porque a lei do Rio Grande do Sul diz que sem plano não tem cobrança e
352 nós estamos meio que truncados. Por fim, o assunto, que é consórcio público, esse assunto que tem uma
353 legislação nova de 2005, 2006, que tem uma regulamentação mais nova ainda, de janeiro de 2007, começa
354 a pipocar em todos o Estado do Rio Grande do Sul. Quer dizer, a necessidade de organização municipal
355 para responder a uma série de demandas conjuntas é tão presente de que começa a surgir diferentes pontos
356 do Estado, e no Sinos não é diferente, a necessidade de algum tipo de organização. E consórcios entre os
357 municípios, que é uma experiência muito pequena no Rio Grande do Sul, que é muito grande no Estado de
358 São Paulo, por exemplo, que a partir dessa experiência, a evolução criou a figura do consórcio público,
359 precisa ser discutida no Rio Grande do Sul. Então, o pessoal da Agência Nacional de Água veio-nos trazer
360 também essa reflexão. Qual é o nosso contexto de planejamento do sistema de gestão de recursos hídricos
361 hoje? Então, aquele povo todo presente se colocou rapidamente em processo de desenvolvimento do plano
362 estadual, a forma como se tem proposto a discussão, a relação com os comitês e com a sociedade, enfim,
363 esse foi o plano de fundo. Tudo que se discutiria dali para frente estava dentro do contexto de
364 planejamento de recursos hídricos do Estado do Rio Grande do Sul. Segundo, aquele famoso convênio
365 SEMA/UNESCO, de triste memória, tem resultados, para estudar as agências gaúchas de água tem
366 resultados. Para quem conhece bem a Lei n.º 10.650, propõe uma agência de região hidrográfica, uma pa
367 cada região, são três, e a lei ainda diz que são três órgãos públicos novos. Então, o convênio com a
368 UNESCO era exatamente para estudar a viabilidade política, social, econômica, financeira e técnica de se
369 cumprir a lei. Os comitês estão quase todos formados e hoje quem supre essa necessidade de apoio e
370 tomada de decisão é o Departamento, que vocês conhecem, e precisa ser fortalecido, um apoio
371 extremamente importante da FEPAM e parou por aí. Então, nós não conseguimos avançar exatamente por
372 falta desse assunto agência. A partir daí o Presidente da ANA, que é ex-prefeito de Piracicaba, estava
373 exercendo o cargo de prefeito há alguns anos quando o consórcio mais famoso intermunicipal do País, que
374 é o consórcio da Bacia de Piracicaba foi criado. Então, como a gente sabe que há vários movimentos, a
375 formação de consórcios, ele trouxe uma história mesmo para mostrar como se começa um consórcio. Ao
376 desenrolar essa história toda ele mostrou toda a evolução do consórcio Piracicaba, como foi criado só com
377 municípios, como o Estado de São Paulo começou a participar e como o setor privado começou a
378 participar. Especialmente da relação muito amistosa entre o consórcio intermunicipal e o Comitê de
379 Bacias, quanto o Comitê de Bacias paulista quanto o Comitê Federal que une os Estados de Minas e São
380 Paulo. Então, o pessoal ainda ANA apresentou como são as únicas duas agências que existem hoje no
381 Brasil, a AGEQUAP, que é na Paraíba do Sul, e esta do Piracicaba, que é o consórcio que foi empoderado
382 da função de agência. Mostrou as diferenças, as dificuldades, como funciona uma, como funciona a outra
383 e encerrou a manhã mostrando essa nova legislação sobre consórcios públicos e o que isso traz de
384 vantagens para a nossa realidade. Um dos grandes problemas de que as nossas agências não fossem órgãos
385 públicos é de que qualquer instituição de caráter privado não pode manipular dinheiro público. Se nós
386 quiséssemos, mesmo em uma situação transitória permitir que se formasse agências privadas não
387 poderíamos na medida em que as figuras não poderiam manipular, o consórcio público pode. O resultado
388 dessa discussão toda foi muito interessante, o sistema está truncando, não tem cobrança porque não tem
389 plano, não tem processo de planejamento porque não tem cobrança, nada disso tem porque não tem
390 agência, só temos comitês funcionando e funcionando bem. Então, a idéia surgiu de toda a discussão foi:
391 ok, mas esta região que envolve 2% do PIB e etc., dessas três questões, agência e cobrança, um deles está
392 resolvido, basta que a gente bata na porta do Pró-Guaíba e resgate de lá todo o processo de planejamento
393 do modulo dois que foi construído. Então, aquilo que a 10.350 diz, que eu não posso discutir a cobrança
394 onde não houver plano, nesta região como um todo eu posso discutir. Ficou meio que acordado entre
395 todos, por que não levar o sistema gaúcho até o fim em uma das nossas regiões, exatamente a que tem a
396 maior representatividade populacional e de PIB? É onde já existe uma organização forte e onde os
397 Comitês de Bacias pretendem sugerir a criação de uma Câmara Técnica no Conselho de Recursos
398 Hídricos para discutir a sua realidade. Então, esse é o grande resultado, parece que de uma hora para outra
399 toda a aquela tranqueira, de uma ora para a outra uma luz no fundo do túnel. E se todos os atores aqui
400 envolvidos e a sociedade achar que essa é uma boa solução nós encaminharemos ao Conselho de Recursos
401 Hídricos uma proposta de trabalho lá dentro do Conselho, aí, Presidente, não dá para ficar sozinho lá, nós
402 vamos precisar da companhia do Conselho de Meio Ambiente. Obrigado. **Sr. Presidente:** Alguma

403 pergunta? Por favor, Edi. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Na verdade, é só um comentário, Paulo, e a gente se
404 conhece há bastante tempo. É lamentável, porque a questão da Agência de Bacia está caindo de madura
405 desde 2003, desde que o Governo Rigotto entrou. A gente havia falado que o Pró-Guaíba já tinha todas as
406 condições de se transformar na primeira Agência de Bacia do Rio Grande do Sul, tanto é que nós
407 solicitamos na ocasião uma visita, ou uma exposição da Vera Callegaro, quando era ainda Secretária
408 executiva do CONSEMA, para falar sobre essas reais condições do Pró-Guaíba assumir a Agência de
409 Bacias. Então, nós estamos 4 anos atrasados é o resultado da incompetência mesmo da gestão pública
410 ambiental no Estado do Rio Grande do Sul, tanto que as agências já era para ter acontecido, porque o
411 plano já existe, ele foi elaborado em 2003. É uma constatação, nem é um questionamento para ti, Paulo.
412 **Sr. Paulo Renato Paim:** A gente já sabia, mas não basta, parece que é preciso morrer 100 toneladas de
413 peixe. **Sr. Presidente:** Lembrando que a Edi é uma profunda conhecedora desse plano, até porque foi uma
414 das técnicas do Pró-Guaíba. Então, a gente entende a manifestação da Edi. Nós até falamos na reunião
415 passada que nós gostaríamos de discutir uma política para os assuntos e não uma coisa momentânea. Por
416 isso entendemos a manifestação da Edi. **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho:** Eu também entendo a manifestação
417 da Edi, mas a lei é de 94, ela tem 11 anos ou mais. Então, a gente falar em cima de governo de 4 anos, ela
418 tem mais de 10 anos. Então, eu acho que temos que trabalhar muito mais na questão ambiental do que
419 política, e eu acho que nós estamos querendo trabalhar na questão política e pecando na questão
420 ambiental. **Sr. Presidente:** Eu agradeço, mas, Lessa, a manifestação não é no sentido político, é no
421 sentido ambiental. Então, vamos passar para o próximo assunto de Pauta, nós temos aqui uma
422 apresentação da FECOAGRO. O representante da FECOAGRO, por favor. **6. Apresentação pela**
423 **FECOAGRO/RS do Programa Estadual de Gestão Ambiental Cooperativo desenvolvido em**
424 **parceria com a SEMA/FEPAM.** **Sr. Ricardo José Núncio:** Eu queria cumprimentar a Secretária
425 Estadual de Meio Ambiente e o nosso Presidente do Conselho, que acatou uma correspondência nossa
426 enviada em novembro do ano passado. Então, sentimos-nos muito honrados em vir apresentar esse
427 Programa Estadual de Gestão ambiental Cooperativo. Eu sou consultor técnico da FECOAGRO, sou
428 especialista na área de gestão ambiental e de gerenciamento de projetos também. Então, um breve
429 histórico, em setembro de 2005 o Conselho de Administração da Federação, em função de demandas das
430 cooperativas filiadas, que hoje são 54 cooperativas, em função de altos custos de licenciamento, atraso na
431 liberação de licenças e falta de treinamento do corpo técnico foi que levantou essa ideia de criar talvez um
432 programa estadual que abrangesse todas as cooperativas filiadas. Em outubro nós proporcionamos um
433 curso sobre licenciamento ambiental, que a gente ainda tem uma deficiência muito grande na área de
434 procedimentos, encaminhamentos de processos de licenciamento. Em janeiro de 2006 foi feita uma
435 proposta inovadora de modelo de gestão para o sistema, uma redução de custo de licenciamento e prazos
436 mais dilatados para a adequação dos empreendimentos. Aí se começou uma negociação com o Presidente
437 da FECOAGRO. Instalou-se, então, uma equipe de trabalho. Isso demandou um tempo, para até as
438 cooperativas e sentirem segura de entrar em um processo de programa estadual de gestão ambiental, abrir
439 as suas deficiências junto ao órgão de fiscalização, teve que haver um entendimento muito grande com os
440 presidentes de cooperativas. Então, surgiu uma proposta de licença única, ainda na época indefinida. Nós
441 tínhamos pressa nesse sistema, houve uma consulta jurídica por parte da FEPAM, da SEMA, nós se
442 chegou a uma conclusão na época e optamos para a formatação de um protocolo de intenções da
443 FECOAGRO, SEMA e FEPAM. O objetivo era a conjugação de esforços para a implementação e
444 instrumentalização do licenciamento ambiental das atividades constantes dos sistemas de produção das
445 cooperativas filiadas à federação. Dentro desse protocolo tinha um termo de adesão, que significa o
446 seguinte: a cooperativa teria que aderir ao protocolo de intenção. Então, das 54 cooperativas filiadas hoje
447 nós temos 38 cooperativas que aderiram ao programa. Dentro desse protocolo também há a criação de um
448 grupo técnico de assessoramento, o GTA, esse grupo está constituído. São responsáveis técnicos das
449 cooperativas que fazem parte desse grupo técnico de assessoramento. No dia 28 de agosto houve uma
450 reunião que definiu a função da Federação como Entidade responsável pela execução do programa. No dia
451 30 houve uma reunião do GTA na Expointer com a FEPAM, a SEMA, o CREA, responsáveis pelas
452 cooperativas que assinaram o termo de adesão ao protocolo. Nesse mesmo dia foi formado o GTA. No dia
453 15 a apresentação dos dados enviados para as cooperativas, a área abrange 202 municípios, a cooperativa
454 às vezes tem uma área de atuação 30, 32 municípios. No dia 25 nós tivemos uma reunião do GTA, aí foi
455 estabelecido esse diagnóstico, nós apresentamos, e com base na Resolução n.º 84/04, também na resolução
456 do CONAMA, a 237/97, no art. 10, que consta que pode ter intitulado ou talvez até um processo de gestão
457 ambiental em nível de Estado. Aí se criou o Programa Estadual de Gestão Ambiental, que todos os
458 processos vencidos, vincendos, protocolados e não licenciados, e empreendimentos novos até 31 de
459 dezembro de 2006 deveriam ser remetidos à Federação, que analisaria os documentos e encaminharia à

460 FEPAM. Então, encaminhamos uma correspondência ao Secretário na época informando que a Federação
461 assumiu a condição de Entidade integradora do Programa Estadual, isso depois dele ser apresentado no
462 Conselho de Administração da Federação. Aí se deu o início dos encaminhamentos, os processos
463 vencidos, aí nós colocamos esse *bode* na sala do Diretor Técnico da FEPAM. Nós precisávamos dar um
464 encaminhamento a esse tipo de coisa. Depois de várias discussões internadas da FEPAM parece-me que
465 não foi acudida a sugestão da Federação ser uma integradora política, ela não estaria enquadrada dentro da
466 Resolução n.º 84 do CONSEMA. Nós realmente ficamos preocupados porque já tínhamos mais de vinte
467 documentos, não processos, não protocolados, vencidos e que estavam na mesa do Diretor Técnico e
468 precisava ter uma solução. Não foram protocolados porque a taxa de licenciamento não tinha sido efetuada
469 pelos valores altíssimos na época. Depois tivemos uma reunião do GTA com o pessoal da Caixa RS, o
470 Diretor esteve lá, apresentação da planilha, os processos, as nossas necessidades, até para conseguir
471 recursos para a implementação desse programa em nível de compra de equipamentos. No dia 31 nós
472 fizemos uma reunião técnica do GTA com todas as cooperativas signatárias e nós colocamos que houve a
473 paralisação dos processos encaminhados e sugestões de encaminhamentos a gente precisava discutir.
474 Então, encaminhamos uma correspondência ao CONSEMA, hoje estamos sendo agraciados. A
475 FECOAGRO no dia 21 recebeu o Prêmio Responsabilidade Ambiental 2006. Em 16 de janeiro tivemos a
476 primeira audiência com a Secretária Estadual de Meio Ambiente, o Jackson Müller na época era o Diretor
477 Técnico da FEPAM, e nós colocamos para a Secretária, e a Secretária disse: *O protocolo foi o ponta pé*
478 *inicial do programa, nós temos que achar uma maneira e fazer um convênio com a Federação.* Agora nós
479 estivemos esperando essa mudança de Governo, tivemos uma reunião do GTA na EXPODIRETO, que
480 teve a presença do Presidente da FEPAM e o Pieper também esteve presente. Foi muito boa a essa
481 reunião, que ao menos deu uma luz no fundo do túnel para a gente poder começar a negociar alguma coisa
482 com a FEPAM e a SEMA. Houve uma definição de uma reunião técnica com as chefias de divisão e
483 estamos aguardando essa reunião para apresentarmos as nossas necessidades e demandas. Então, vou ir
484 passando para não tomar muito o tempo. Os profissionais técnicos são habilitados e registrados, existe
485 isso, dentro de cada cooperativa signatária nós exigimos isso, dentro do termo de adesão tem o
486 profissional responsável pela área ambiental. Modelo de gestão que discute instrumentos de política de
487 meio ambiente, tais como ocupação de solo, educação ambiental e licenciamento ambiental. Este é o
488 protocolo, nós estamos dentro desse alinhamento. O programa em si, senhoras e senhores, com a
489 apresentação da Federação, hoje ela fomenta essa questão de intercooperação e congrega 227.000 famílias
490 que são associadas a duas cooperativas filiadas. E ela gera 26.000 empregos diretos, sendo responsável em
491 média por 42% da produção de soja do Estado, 70% da produção de trigo, 25% da produção de milho, 8%
492 da produção de feijão e 15% na produção de arroz. Enfim, gerando um PIB de 7 bilhões de reais, com a
493 arrecadação de 700 milhões em ICMS. Visa contribuir com a solução e encaminhamento das questões
494 operacionais, como também definir parâmetros técnicos que sirvam de embasamento para o procedimento
495 de fiscalização e ajustamento ambiental. A fase do programa, a primeira fase é esta, que estamos ainda
496 hoje tentando solucionar alguma coisa. Acho que não coloquei ainda, 511 empreendimentos possui algum
497 tipo de licenciamento, licença prévia, e 659 não possuem nenhum tipo de licenciamento ainda, quer dizer,
498 está em desconformidade com a legislação. Esse ajustamento de faz necessário principalmente na
499 aquisição de equipamentos que possam reduzir os riscos de poluição. Nas metas nós conseguimos
500 assinatura o protocolo, realizar todas as obras de empreendimento que possui algum tipo de licença que
501 estão vencidas, não conseguimos essa meta em função de que não houve a redução das taxas e nos foi
502 devolvido todos esses documentos, não eram processos. A Diretora Técnica da FEPAM nos devolveu os
503 documentos e agora estou com o *bode*, estava lá e agora veio para a FECOAGRO. Estabelecer parcerias
504 com instituições financeiras de fomento, estabelecemos parcerias. Estabelecer até julho de 2007 um
505 calendário de curso de treinamento, vamos negociar no mês de março a participação da FEPAM nesses
506 cursos. Criação de modelo de centro integrado, por município ou categoria, essa meta não foi atingida
507 também. E assinatura de um convênio a gente pretendia até abril, como instrumento de autorização de
508 funcionamento dos empreendimentos não licenciados, condicionadas às condições estabelecidas em um
509 termo de compromisso ambiental a ser firmado entre cada cooperativa e a FEPAM, com um prazo pré-
510 estabelecido. Nós precisamos de prazo, e desse prazo uma redução de custo para que as cooperativas
511 possam investir em equipamentos. A fase dois, a cooperativa quer atingir o status pleno, que ela possa ser
512 a sua integradora junto ao seu quadro social. Hoje a gente sabe que há três tipos de programas integrados
513 de licença, mas de cadeias produtivas: irrigação, aves e suínos. Terão características distintas, mas, sem
514 dúvida nenhuma, futuramente, farão parte do mesmo tipo de licenciamento, essa é a nossa visão. E a meta
515 dois em nível de propriedade rural e licenciamento ambiental único, produzir produtos de elevada
516 qualidade, critérios, reduzir consumo de recurso natural, cumprir a legislação ambiental aplicável e tentar

517 ir mais além dos objetivos, aumentar a reciclagem de resíduos sólidos, evitar acidentes, formação e
518 sensibilidade ambiental na parte de educação ambiental, manter uma abertura em termos de assuntos
519 ambientais junto à comunidade e conservar as matas ciliares e APPs. Aqui são as 38 cooperativas,
520 algumas são conhecidas de vocês. Por último, aqui nós temos, as cooperativas no total, nós levantamos
521 com 30 cooperativas, já tem algum material, mas são basicamente essas 30. Por exemplo, unidade de
522 recebimento e armazenamento de grãos: 251 unidades em todos o sistema, apenas 115 são licenciadas,
523 48%. Depósito de agrotóxicos nós temos 53% licenciadas, depósitos de fertilizantes 29%, depósito de
524 embalagem vazia 57, fábrica de ração 52% licenciadas, moinho 56%, unidade de refinamento de grão
525 60%, UBS temos 60%, laticínios não temos nenhuma indústria, vai entrar agora uma da CCGL, que é do
526 sistema cooperativo, mas está em fase de construção. Indústria de carnes em embutidos temos 100%,
527 unidade de produção de leitões temos 12%. Posto de gasolina temos 77%, depósito de combustível 14%,
528 lenha 38%, depósito de casca de arroz 25% e industrialização de mandioca está 100% licenciado. Eu
529 queria agradecer, então, em nome da Federação mais uma vez e estamos à disposição. **Sr. Presidente:**
530 Abro para discussão, mas desde já gostaria de cumprimentar a FECOAGRO pela iniciativa. É importante
531 colocar que muitas vezes nós como Conselho temos sido criticados, que o Conselho muitas vezes vota
532 resoluções que algumas pessoas entendem são inócuas e que, eventualmente, não refletem a necessidade
533 do avançar. Quando nós votamos aquela resolução que possibilita o licenciamento integrado, era com esse
534 objetivo. Então, eu cumprimento a Associação das Cooperativas e gostaria que vocês fixassem até o final
535 da reunião para a gente poder conversar e encaminharmos algumas coisas em relação aos municípios.
536 Vou fazer um apelo também, Secretária, da possibilidade de colocar esse assunto da FECOAGRO como
537 uma prioridade da Secretaria. Eu entendo que é possível se discutir esse assunto. Alguma pergunta dos
538 Conselheiros? **Sr. Paulo Brack:** Em relação à questão da reserva legal, considerando que a APP, acho
539 interessante essa questão de ser incluída a criação das APPs. Queria saber por parte da SEMA como está a
540 questão das APPs das reservas legais, se há um prazo para a implementação delas e se esses prazos estão
541 sendo pensados e trabalhados em conjunto. **Sr. Presidente:** Eu entendo, Brack, que esse assunto nós
542 podemos abordar em seguida, quando falarmos da Mata Atlântica, porque a gente pediu para a SEMA se
543 manifestar através do DEFAP. Mais alguma manifestação sobre o relato da FECOAGRO. Então,
544 agradecemos a participação e entendemos que foi nesse sentido que nós criamos a resolução que
545 possibilita trabalhar com as integradoras. Com vê que há alguns anos esse setor produtivo do Estado tinha
546 uma dificuldade muito grande de procurar um órgão ambiental para se integrar e hoje está acontecendo ao
547 contrário. Então, realmente, se por um lado a gente ainda tem uma série de deficiências, por outro lado,
548 em relação à consciência e também considerando a capacidade do agronegócio do Rio Grande do Sul, as
549 Entidades estão entendendo que licenciamento ambiental é o que o Wenzel, o nosso ex-Secretário de
550 Estado, hoje Prefeito de Santa Cruz, um dia disse em um evento: *Ter licença ambiental é grife para o*
551 *nosso produto*. Então, as cooperativas estão entendendo isso, isso é um avançar. **Sr. Paulo Brack:** E ficou
552 no ar a minha questão? **Sr. Presidente:** Vai ser respondido pela SEMA na manifestação do DEFAP. **Sr.**
553 **Paulo Brack:** Eu acho que seria interessante ser respondido junto. **Sr. Presidente:** Mas a sua pergunta foi
554 para a Secretaria. Você quer uma resposta da cooperativa? Posso encaminhar a pergunta, não há problema
555 nenhum. Agora, a sua manifestação aqui, pelo que eu compreendi era de que houvesse por parte da
556 Secretaria uma manifestação em relação á reserva legal e APP. Agora, se o senhor gostaria que a
557 FECOAGRO se manifestasse sobre isso, posso pedir a eles que se manifestem. Eu consulto se esse
558 assunto possa ser respondido tão-somente pela Secretaria? Ok. Então, encaminhamos para o próximo
559 assunto e Pauta, que é o esclarecimento sobre a Lei n.º 11.428, daí a Vera Pitone, que é a Diretora do
560 DEFAP, já responde a pergunta encaminhada sobre a reserva legal. **3. Esclarecimentos sobre a Lei**
561 **Federal 11.428, de 22/12/2006, e sobre a Resolução n.º 388, de 23/02/2007, que convalida a Resolução**
562 **n.º 033, de 07/12/1994, quanto ao licenciamento na Mata Atlântica.** **Sra. Vera Pitone:** Boa-tarde a
563 todos. Eu vou começar respondendo para o Paulo. A Secretaria mediante os licenciamentos já vem
564 implementando, quando vai para o licenciamento já tem gravada a reserva legal. As APPs não são
565 compatíveis de fiscalização, mas elas não são gravadas. Então, a primeira atitude é essa, quando vai dar
566 um licenciamento já verifica se tem a reserva legal. Agora, nós também temos a iniciativa de fiscalização
567 na Secretaria. Desde 2004 nós iniciamos um plano de controle na região da mata Atlântica, aí sim,
568 efetivamente são feitas campanhas com vários órgãos envolvidos em licenciamento, aí também teve
569 participação do IBAMA, porque o projeto esse tem participação do IBAMA, a FEPAM, o DEFAP e o
570 Comando Ambiental. Então, quando se faz esse tipo de fiscalização, automaticamente se faz a verificação
571 também da reserva legal. Qualquer entendimento que não esteja licenciado, automaticamente é solicitado
572 que seja cumprido esse aspecto da legislação. Então, está em andamento, claro que não há cobertura em
573 todo o Estado, mas já está em andamento. **Sr Paulo Brack:** Só em relação à APP, a gente sabe que as

574 APPs estão no papel, ninguém pode mudar as APPs, até que a legislação mude, mas na prática a gente vê
575 que elas não estão sendo protegidas em grande parte. Então, nesse sentido eu coloco a preocupação em
576 que exista de fato um isolamento dessas áreas, por exemplo, a mata ciliar. Nós consideramos que as áreas
577 de mata ciliar muitas vezes as áreas de agricultura vão até a margem do rio. Então, como que o
578 proprietário vai-se adequar no sentido de isolar essas áreas? Então, acho que na prática as APPs em geral é
579 difícil, mas, enfim, aí cabe ao órgão. **Sra. Vera Pitone:** Quando se faz a fiscalização, claro, aí já vai
580 cobrando nessas áreas que são alteradas, mas, especificamente, só quando há essas campanhas de
581 fiscalização, ou quando é feito o licenciamento de algum empreendimento. O Paulino fala que na região
582 dele só tem APP. Então, não sei como a gente vai fazer. Então, em relação à Lei Federal n.º 11.428, que
583 foi sancionada em 22-12-2006, o Departamento de Florestas e Áreas Protegidas estudou a lei e chegou a
584 seguinte conclusão, que no art. 4, que inviabilizou a Resolução n.º 33, que antes era feito o manejo na área
585 da Mata Atlântica, não havia viabilidade nenhuma de licenciamento. Com isso o DEFAP colocou no *site*
586 da SEMA uma recomendação de que não faria licenciamento na região da Mata Atlântica em função de
587 ter a Resolução n.º 33, que havia a especificação do que seriam as categorias, que poderia ser feito o
588 licenciamento, realmente ela terminou com aquela Resolução n.º 33. Visto isso os técnicos ficaram
589 temerários em fazer licenciamento, porque poderiam ser penalizados, porque essa lei penaliza em todos as
590 instâncias. Na realidade, se a pessoa fizer o licenciamento vai ser penalizada. Então, nós enviamos à
591 Assessoria Jurídica da SEMA uma consulta, que foi enviada à Procuradoria-Geral do Estado. Nós tivemos
592 um parecer dizendo que realmente o Departamento estava correto e que não havia observação de
593 licenciamento, uma vez que a Resolução n.º 33 não estava mais válida. Nós teríamos no próprio art. 4,
594 que teria o CONAMA 180 dias para fazer a regulamentação, ou convalidar aquela resolução. Como
595 começou uma demanda muito grande, recebemos em fevereiro a Resolução n.º 388, de 23-02-2007, que
596 convalidou a Resolução n.º 3, assim como outras resoluções. A partir deste momento, então, chegou-se à
597 conclusão de que poderia-se considerar válida e iniciar o licenciamento com o aspecto de que está valendo
598 ao art. 4. Esse parecer da PGE deixou bem claro que o art. 1417 da lei permite o licenciamento de
599 empreendimentos que sejam de utilidade pública e que tenha o interesse social. Então, esses estariam
600 permitidos. Então, a partir do dia 23-02 a Secretaria também comunicou através do *site* que poderíamos
601 continuar com esses licenciamentos e levando em consideração a Resolução n.º 33. O Estado do Rio
602 Grande do Sul tem 154 municípios habilitados, tem muitos tipos de licenciamentos que podem ser feitos
603 pelo município, mas aqui mesmo, como o DEFAP é o órgão florestal do estado e também tem essa
604 característica de dados normativos, eles se reportaram muito ao DEFAP. Ainda persistem dúvidas, os
605 próprios técnicos fizeram a um quaro demonstrativo de todas as situações que a lei restringe ou permite,
606 mas são três ou quatro folhas. Então, neste momento eu não vou fazer todo esse esclarecimento, eu acho
607 que isso cabe também a um momento especial e com a apresentação do técnico. Então, gostaria de deixar
608 bem claro está sendo feito o licenciamento, está-se construindo na Resolução n.º 33 e também nesse
609 entendimento, que se enquadra no art. 1417 de utilidade pública ou de interesse social. Quanto a esse
610 aspecto também temos algumas dúvidas, que alguns empreendimentos não têm essa declaração de
611 utilidade pública. Com respeito a isso nós já colocamos para a nossa Secretária que outras secretarias
612 podem fazer uma declaração, são delegadas para fazer essa declaração. Então, com isso está sendo
613 estudada essa possibilidade de empreendimentos que tenham interesse social e utilidade pública. Nós
614 temos que lembrar que recebemos algumas solicitações quais são os municípios que estão incluídos na
615 Mata Atlântica no Rio Grande do Sul. Então, nós temos a Lei Estadual n.º 10.688/96, que delimita a área
616 de Mata Atlântica imune ao corte no Rio Grande do Sul, e o Decreto Estadual n.º 36.636/96 regulamenta
617 essa lei. Então, no Rio Grande do Sul a gente tem já bem delimitada, as pessoas podem consultar essa
618 legislação, além também do *site* SOS Mata Atlântica, que é www.sosma.org.br, que tem por município do
619 Rio Grande do Sul o bioma Mata Atlântica e seus ecossistemas associados. Então, seriam esses os
620 esclarecimentos que eu teria no momento. Obrigada. **Sr. Presidente:** Nós gostaríamos de convidar os
621 Conselheiros do CONSEMA, porque nós conseguimos a data de 13-04 para que o assessor jurídico do
622 Ministério do Meio Ambiente, o Dr. Gustavo Trindade, viesse ao Estado, para um momento de
623 esclarecimento da aplicação da lei. Surgiu uma quantidade muito grande de dúvidas e essas dúvidas só
624 serão sanadas à medida que a gente conseguir conversar, porque existem vários entendimentos e várias
625 formas de interpretação. Então, como estava sendo muito complicado construir um consenso em relação
626 ao assunto nós optamos, através da FAMURS, de convidar o Ministério do Meio Ambiente para que
627 viesse ao Estado participar do momento de integração com a SEMA e os municípios no sentido de
628 esclarecer. Então, vai ser no dia 13-04, das nove ao meio-dia, vou dar o telefone da FAMURS, óbvio, a
629 gente vai ter que trabalhar com inscrição a partir da semana que vem, porque eu tenho uns 200 lugares no
630 auditório. Eu gostaria que o Conselho participasse dessa discussão e, em especial, gostaria de convidar a

631 APEDEMA, através dos seus associados, que se fizesse presente se possível, até para se manifestar,
632 porque nós já combinamos que o DEFAP vai participar. Independente de termos esse decreto do Estado,
633 independente de termos essa lei que a Vera citou, nós entendemos que uma das coisas que talvez
634 esclarecesse a situação, a lei fala claramente em bioma da Mata Atlântica e o bioma da Mata Atlântica está
635 localizada no território de alguns municípios. Talvez fosse necessário a gente fazer esse decreto, Vera,
636 dizendo, porque talvez seja difícil a gente implementar uma política envolvendo todos os municípios que a
637 gente gostaria. Então, para proteger esse restante de Mata Atlântica que nós temos, que não é muito, fosse
638 útil a gente fazer um decreto daqueles municípios que fazem parte, segundo a legislação, do bioma da
639 Mata Atlântica. Eu não sei se todos os Conselheiros tomaram conhecimento, eu peço para que a Secretaria
640 Executiva encaminhe uma cópia dessa lei a todos os Conselheiros. Está no *site* da SEMA também, mas a
641 gente pode encaminhar um *e-mail* para todos os Conselheiros com a lei. Em relação a essa situação do
642 DEFAP ter sugerido a suspensão do licenciamento, nós até, através da Entidade, manifestamo-nos e
643 pedimos a interferência da Governadora e da Secretária, porque alguns municípios, como o Município de
644 Porto Xavier, que encaminhou uma solicitação de supressão de três áreas para construir uma quadra
645 poliesportiva, recurso obtido pelo município no Ministério das Cidades. Foi encaminhado um documento
646 através da regional da SEMA de Santa Rosa de que em função da lei da Mata Atlântica não podia licenciar
647 a supressão daquelas três áreas, e o município estava na iminência. Aí a gente conversou e realmente tem
648 interesse público e interesse social. E eu entendo que em muitos casos nós podemos trabalhar com
649 alternativas locais que a legislação tanto fala. **Sr. Paulo Brack (Questão de Ordem):** Cinco vezes a
650 Presidência do CONSEMA se refere a um órgão, a Entidade FAMURS. Ela está a todo momento falando
651 em nome de uma Entidade. Eu também gostaria de informar a vocês que hoje estou fazendo parte da
652 CTMBil, em Brasília, e na semana que vem não estarei lá, faz quase 30 anos que acompanho as questões
653 ambientais, sou suplente aqui no CONSEMA. Eu acho que o CONSEMA tem uma Pauta enorme de
654 questões e estou muito constrangido de ver a condução dessas reuniões. Infelizmente, é chato para mim
655 falar isso, eu sou professor da universidade, é a segunda vez que eu venho aqui e vejo, a Presidência da
656 reunião em todo momento se reportando a uma Entidade, defendendo questões de uma Entidade. Eu acho
657 que o CONSEMA não pode ficar ligado a defender questões de um setor. Eu acho que a Mesa deveria se
658 restringir ao mínimo possível as suas opiniões. Eu acho que a condução de uma Mesa tem que ser feita
659 com o mínimo de opinião possível, ela tem que conduzir os trabalhos, trazer as pautas e que tenham
660 discussões com menos apresentações. É a minha sugestão, mas eu acho que ela não pode a todo momento
661 falar a sua opinião pessoal, eu acho que nós estamos diminuindo a qualidade do trabalho aqui. Então, que
662 fique na Ata o meu protesto da forma que está sendo levada esta reunião. Obrigado. **Sr. Presidente:** Ok,
663 será acatado. A Lisiane pediu a palavra. **Sra. Lisiane Becker:** Eu queria também acrescentar, não só o
664 convite à APEDEMA, mas a um outro colégio bastante ligado, que é o Comitê Estadual da Reserva da
665 Biosfera da Mata Atlântica. Este sim está bastante ligado, também tem as ONGs que fazem parte desse
666 colegiado, que também representa a parte da Mata Atlântica. O que eu pedi a palavra mesmo foi porque
667 me chocou algumas manifestações feitas no POC, esta semana, onde um representante da Casa, que eu
668 não sei o nome, porque ficou quieto, só no final falou, no POC – Plano de Operação e Controle. Uma
669 pessoa falou que nos próximos três meses haveria uma mudança da legislação, porque tinha que se
670 adequar à lei da Mata Atlântica, então, teria que também ser dilatada e não restritiva para poder ficar igual.
671 Eu ainda comentei, mas como, não é necessidade de acompanhar a lei, pode o Estado ser mais restritivo
672 sim, acho que até deve permanecer em função do Rio Grande do Sul ter o *lanterninha* na conservação. E
673 também falou que não entendia porque também não regulamentar dentro da Mata Atlântica, que se
674 regulamentaria nos próximos três meses, eu acho que é até assunto para o CONSEMA, que não entendia
675 porque se deixava árvores mortas ou desvitalizadas dentro da floresta, que teríamos que regulamentar isso
676 para tirar essas árvores de dentro. Então, são expressões que me deixam aflita, porque não passa pela
677 Casa, são coisas ditas como certas. Então, esse tipo de comentário eu gostaria de transmitir para a
678 Secretária e para a Diretora do DEFAP, para que antes de haver esse tipo de manifestação fosse tratado
679 internamente, que passe pelos trâmites normais, porque fica uma pessoa divulgando isso dentro de um
680 planejamento e foi atirado isso no final da reunião. Então, eu pediria encarecidamente que fosse tratado
681 internamente antes de ficar jogando, porque isso causou uma polêmica, que não pode ser resolvida,
682 evidentemente, assim como o caso do pinos em áreas de preservação permanente. Foi colocado o Mata
683 Atlântica, eu não solicitei uma vistoria nas áreas de unidade de conservação, onde foi questionado na
684 reunião anterior que as áreas de preservação permanente com pinos como seria feito isso já que o plano de
685 silvicultura está aí, mas tem todos os pinos anteriores. Aí informaram que a FEPAM foi consultada e teria
686 dito o seguinte: *Se são pinos novos se faz a notificação ao proprietário e vê se ele tem plano para o*
687 *plantio, senão, se já forem antigas, não há o que fazer. A não ser ficar aguardando que alguém denuncie*

688 *que o cara está cortando.* Então, são coisas que são ditas com um grau de certeza, que não abrem margem
689 para nada e eu acho que é uma coisa que tem que ser discutida aqui no CONSEMA, ou internamente na
690 Secretaria. Nós ficamos bastante confusos, ninguém sabe para onde se virar, ainda mais com esse tipo de
691 informação. Está difícil. **Sra. Vera Pitone:** Eu não participei da reunião, é a primeira informação que eu
692 estou recebendo sobre esse assunto. Eu não vejo nenhuma preocupação também tão grande, porque uma
693 normatização tem todos os trâmites legais. Então, se às vezes alguns expressam uma opinião, pode ser até
694 pessoal, mas ela é trabalhada em conjunto e depois vai ter os trâmites normais aqui na Secretaria. Eu não
695 sei quem foi, mas pode estar certa que esse estudo é feito em conjunto com todos os técnicos. **Sr.**
696 **Jefferson André Floss:** Boa-tarde a todos. Eu sou agente florestal de Caxias do Sul. Como todo mundo
697 está falando, eu tenho atendido muito ao público, dúvidas de pessoas que encaminharam projetos. Então,
698 eu brinco com o pessoal que eu um chacoalhão na legislação. O que chama a atenção é a questão da uva,
699 do plantio, do descapoeiramento. Então, o art. 25, que trata da proteção da vegetação em estágio inicial,
700 tem uma questão que está tirando o sono e fica a pergunta, o apelo: qual o percentual remanescente do
701 bioma Mata Atlântica no Estado do Rio Grande do Sul? Era só isso e obrigado. **Sr. Presidente:** Essas
702 dúvidas são realmente a razão da gente tentar fazer uma rodada de esclarecimentos e não se esgota com
703 uma rodada de esclarecimento, porque outras dúvidas também surgirão. Em relação á manifestação do
704 Paulo Brack, eu gostaria de colocar que em momento algum a minha manifestação é pessoal, e também de
705 forma alguma a minha manifestação é no sentido de querer dizer que esta Presidência do Conselho é só
706 para o lado dos municípios, de maneira alguma. Eu usei um exemplo, e considerando a Questão de
707 Ordem, dentro do item que nós estamos discutindo eu usei o momento para dar um posicionamento em
708 relação a uma dúvida que surgiu. Agora, de maneira alguma a condução dos trabalhos é no sentido de
709 dizer que esta Presidência faz ou toma posições relacionadas aos municípios como se isso fosse a
710 centralização disso. Então, só gostaria de dar esse esclarecimento. Nesse sentido até peço tanto para ti
711 quanto para todos os Conselheiros, se alguma manifestação minha deu a idéia de que era de cunho
712 pessoal, de maneira alguma. Só esse esclarecimento. Quem mais pediu a palavra? **Sra. Lisiane Becker:**
713 Só queria dar uma luz ao que foi perguntado, não foi discutido lá no POC, parece que a pessoa que estava
714 lá também não sabia. Na verdade, existem tres resposta para a pergunta sobre o percentual de Mata
715 Atlântica no Estado: uma é considerando o IBGE, que reduziu uma boa parte, inclusive, os morros de
716 Morungava agora são o pampa, pelo IBGE. Tirando o IBGE nós temos outra, e considerando o Ministério
717 do Meio Ambiente os capoeirões agora também estão sendo considerados como recuperação de Mata
718 Atlântica, aumentando sobre outras regiões. Então, fica bastante difícil de realmente responder, mas são
719 tres respostas. Foi falado aqui da poligonal, na verdade, a lei trata da poligonal, Mata Atlântica *extrito*
720 *sensu*, aí nós temos os ecossistemas associados à Mata Atlântica, aí temos os Campos de Cima da Serra,
721 temos área de mangue, araucária. Então, são ecossistemas associados à Mata Atlântica, restrita à poligonal
722 da Mata Atlântica. Aí sim seriam aqueles poucos municípios que estão naquela faixa, casualmente em
723 cima aquífero Guarani na borda, e o resto um ecossistema associado, considerado bioma o Mata Atlântica,
724 o resto é bioma pampa. **Sr. Presidente:** A pergunta que eu faço, Vera Pitone, é o seguinte: se aquele mata
725 que a FEPAM produziu em 98 e que está no site da FEPAM, se a gente poderia considerar aquele
726 mapeamento como ponto de partida. Essa é uma das dúvidas que a gente tem no caso do Rio Grande do
727 Sul. **Sra. Vera Pitone:** O Estado pode, que é a legislação vigente nossa em cima daquele mapa. Pode. **Sr.**
728 **Presidente:** Então, eu faço um apelo para a Secretaria Executiva solicitar esse mapa na FEPAM e nós
729 disponibilizarmos na página do CONSEMA, eu acho que na página da SEMA também deve estar. Isso
730 retrata o decreto, a lei, e faz um estudo complementar. Nós até podemos discutir que esse mapa tem que
731 ser melhorado, concordo, mas hoje a situação criada é que temos que partir de um ponto, a partir do qual
732 nós vamos fazer novas discussões. Então, fica o convite para aqueles que quiserem participar do evento
733 que nós estaremos organizando no auditório da FAMURS, fica na rua Marcílio Dias, 574, Menino Deus, e
734 o telefone para inscrições é 3231-3833, falando com a Roberta. Agradecemos à participação da Vera
735 Pitone e entendemos que esse assunto deverá retornar à Plenária. Gostaria de convidar a Secretária Vera
736 Callegaro para nos trazer o relato sobre o projeto de lei de reestruturação administrativa do Estado. Então,
737 por favor, Dra. Vera. **7. Relato sobre o projeto de lei de reestruturação administrativa do Estado. Sra.**
738 **Vera Callegaro:** Como nós havíamos comunicado na última reunião, o Governo Estadual apresentou a
739 Governadora Yeda, encaminhou uma mensagem retificativa no dia de ontem e foram corrigidos aqueles
740 erros que apareceram no primeiro projeto de lei. A Secretaria do Meio Ambiente, então, aparece no item b
741 como atuação como órgão de integração do sistema de recursos hídricos do Estado, que é conforme está
742 na Lei n.º 10.350, que a Secretaria do Meio Ambiente é um órgão de integração. Então, isso deve ficar
743 amplo e resguarda todas as competências da Secretaria Estadual do Meio Ambiente. E todas as questões
744 relacionadas com a Secretaria de Irrigação foram esclarecidas, estão relacionadas mais com os usos da

745 água e está sempre ressaltado que é de acordo com o Plano Estadual de Recursos Hídricos, que teremos
746 conclusivo até o final deste ano. Eu acho que é isso que seria, nas outras áreas não me detive muito, a
747 representante da Secretaria do Planejamento não veio hoje, que ia falar, mas na área da Secretaria do Meio
748 Ambiente serão corrigidas aquelas questões que foram excluídas. **Sr. Presidente:** A dúvida que
749 pairava, mas que foi esclarecida, era de que o Sistema Estadual de Recursos Hídricos fica vinculado à
750 SEMA. Eu entendi que na retificação foi feito esse eventual equívoco. Agora, uma das perguntas que
751 ainda é uma disputa antiga no sistema o Fundo Estadual de Recursos hídricos fica vinculado a quem?
752 **Sra. Vera Callegaro:** Ele não aparece em nada, ele fica ligado ao Sistema Estadual, eu acho que
753 permanece, a lei que trata do Fundo não foi alterada em nada, não foi mexido em nada. Todas aquelas
754 complementações, nada foi alterado até o momento. **Sr. Presidente:** Então, o sistema fica na SEMA. Em
755 relação ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos ainda há uma dúvida, o Paim até já se retirou. Isso é uma
756 disputa antiga, porque os recursos do Fundo acabam sendo gestados pela Secretaria de Obras. Isso eu
757 gostaria que fosse verificado. É uma questão de sistema, e não é cobrança, de maneira alguma, mas há a
758 necessidade, talvez fosse o momento de esclarecimento disso, porque existe a disputa, o sistema está na
759 SEMA e o recurso acaba sendo administrado pela Secretaria de Obras. **Sra. Vera Callegaro:** O gestor do
760 Fundo fica na Secretaria de Meio Ambiente e o plano de aplicação anual do Fundo é aprovado pelo
761 Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Isso é um acordo de cavalheiros, que sempre ficava 50% com as
762 Obras e 50% com o Meio Ambiente, mas se a gente for olhar bem a lei que criou o Fundo, esse Fundo é
763 destinado a obras de drenagem, a obras de irrigação, de saneamento e à implementação da política. **Sr.**
764 **Presidente:** Da minha parte me sinto esclarecido. Eu só gostaria de ler para vocês que nós temos a
765 SEMA, o Sistema Estadual de Recursos Hídricos na SEMA, retemos a criação, então, de uma se
766 extraordinária para que não haja, se alguém tentar levantar alguma dúvida em relação a nova estrutura do
767 Estado, surge uma nova secretaria, que é uma secretaria para irrigação e uso múltiplo da água. Além das
768 competências já propostas no projeto anterior, esta nova Secretaria será responsável pelo inventário,
769 recuperação dos mananciais naturais para fins usos múltiplos da água e pela sistematização e elaboração
770 dos planos de desenvolvimentos sustentáveis de bacias, de acordo com Plano Estadual de Recursos
771 Hídricos. Então, está surgindo uma nova secretaria com essas funções, sem retirar da SEMA a
772 prerrogativa sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente que tinha sido comentado na reunião anterior.
773 Alguma dúvida em relação a esse assunto? Não havendo passamos para o último item de Pauta. **8.**
774 **Assuntos Gerais. Sra. Edi Xavier Fonseca:** Eu gostaria de fazer um apelo ao Presidente do CONSEMA,
775 porque eu acho que houve um esvaziamento desta Plenária hoje devido a ser uma reunião exclusivamente
776 só de relatos. Isso eu acho uma esvaziada na reunião com certeza. Eu considero que nós temos inúmeros pontos
777 de pautas pendentes e que não estão sendo discutidos, tais como, vou citar dois: lei de gestão das florestas,
778 pauta que foi pedida pela AGAPAN, acho que foi em 2005 ou 2006, que é importante, é fundamental para
779 o nosso Estado e até hoje não discutimos. E eu solicitei para a Vera Pitone ficar pelo seguinte: a
780 AGAPAN encaminhou uma solicitação a Secretária Vera Callegaro, via CONSEMA, solicitando um
781 assento no GT APEDEMA, solicitando um assento no GT de zoneamento da silvicultura. Eu tentei
782 exaustivamente durante uma semana falar com a Secretaria do Meio Ambiente, através do Secretário
783 Mauro. Enfim, tentei falar exaustivamente contigo a semana inteira através da assessora da assessora,
784 todas as subsecretárias possíveis, só que o contato eu nunca tive. Principalmente, o que me deixou mais
785 chocada foi o retorno as minhas insistentes ligações, já que nós tínhamos oficiado essa participação e
786 perdemos duas reuniões, uma até não houve, mas, enfim, a gente gostaria de compor este grupo.
787 Infelizmente não tivemos retorno, o que nós consideramos isso um desrespeito, pelo menos um retorno, de
788 dizer: *Olha, nós estamos estudando o caso; não estamos.* A única coisa que eu soube é que estava na mão
789 da Vera Pitone. Então, eu acho assim, nós não somos pessoas estranhas, a APEDEMA é uma Entidade
790 reconhecida, a pessoa que ligou fui eu como uma das coordenadoras da APEDEMA, sou uma pessoa
791 extremamente conhecida. Eu considero isso um desrespeito, tanto a minha pessoa como a própria
792 Instituição APEDEMA. **Sra. Vera Pitone:** Desculpa, Edi, que não tenham respondido antes. Realmente,
793 eu recebi da Secretária a solicitação e estava até para te dar um retorno pessoalmente, porque nós nos
794 conhecemos. É o seguinte: é que esse grupo foi criado por uma solicitação dos empreendedores que
795 fizeram vários questionamentos à FEPAM. Então, para que a gente tivesse um esclarecimento com
796 respeito aqueles questionamentos específicos daquelas pessoas que fizeram aquela demanda, a Secretária
797 achou melhor criar um grupo de trabalho e incluir alguns técnicos, nem todos, porque haveria uma
798 resposta formal da FEPAM sobre esses questionamentos. Então, esse grupo foi especificamente para
799 aquele assunto, para aquelas pessoas que formularam, não é para fazer proposições amplas. Isso não
800 impede, até já se chegou à conclusão. E já era encaminhamento normal, que este assunto vai ser repassado
801 ao CONSEMA, inclusive, nós temos na nossa Câmara Técnica de Biodiversidade representação da

802 AGAPAN. Então, na realidade, foi falta de comunicação. Eu deveria ter-te ligado, mas foi por falta de
803 tempo mesmo, porque a demanda é muito grande. Eu até te peço desculpas pessoalmente. Então, vai ter
804 possibilidade de todos fazerem suas manifestações, encaminharem suas sugestões de forma mais ampla.

805 **Sra. Vera Callegaro:** Presidente, as atas desse grupo que já está terminando, parece que termina no dia
806 23, nós vamos juntar toda a primeira versão do zoneamento e vamos encaminhar para o CONSEMA. E ele
807 já deve estar concluindo até o final deste mês. Então, todas as atas vão passar por aqui para poderem
808 trabalhar junto com essa primeira versão. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Ok, Vera, eu aceito as tuas desculpas.

809 A gente só se surpreendeu porque estão Entidades tipo a FIERGS, AGEFLOR, FAMURS, todas as
810 instituições e poderia estar o setor ambientalista também representando nesse grupo, até porque nós
811 estamos estudando também essa questão. Eu gostaria de perguntar, Vera Callegaro, se a proposta que vai
812 ser encaminhada ao CONSEMA é a que está no *site* da SEMA? **Sra. Vera Callegaro:** É. **Sra. Edi Xavier**
813 **Fonseca:** Outra questão, Valtemir, é em relação à nomeação do NAT, que tinha ficado certo que seria
814 nesta próxima reunião, que eles já estariam nomeados, uma vez que os trâmites legais foram cumpridos. O
815 CEA na última reunião apresentou um ofício pedindo a sua retirada do Conselho, a APEDEMA já havia
816 mandado um ofício falando da exclusão. **Sr. Presidente:** Na última reunião houve aquela manifestação do
817 CEA, a Assessoria Jurídica da SEMA entendeu que haveria a necessidade de uma manifestação formal do
818 CEA. É isso, Liliane? **Sra. Liliane:** Na verdade, o Presidente encaminhou à Assessoria Jurídica da
819 SEMA, que colocou que acataria o parecer da Casa Civil, que o parecer da Casa Civil relata que o
820 CONSEMA não poderia ter feito a Resolução n.º 107. A Assessoria Jurídica não falou em relação ao CEA
821 e ao Movimento Roessler, que foi a exclusão que a APEDEMA fez. Então, tem que ser feito um reexame
822 à Assessoria Jurídica em relação somente ao CEA. **Sr. Presidente:** As outras Entidades que foram
823 nomeadas, segundo a explicação que nós tínhamos a nomeação do NAT dependeria da exclusão do CEA.

824 A Assessoria Jurídica entendeu que o CEA deveria-se manifestar formalmente de que ele abria mão da
825 presença no CONSEMA para ser, então, nomeado o NAT, porque o prazo do CEA, ele tem mandato
826 ainda. Então, nós vamos fazer um encaminhamento para a Assessoria Jurídica, isto está gravado agora na
827 nossa Ata dizendo que a APEDEMA entende que no momento em que o CEA concordou com a
828 manifestação da APEDEMA ela já respondeu de que o CEA abre mão do seu mandato. Então, fica
829 resolvido. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Eu acho uma pena que a gente tenha levado um mês. Por favor, a
830 gente tem telefone, poderiam ter ligado: *Nós precisamos de um ofício mais específico do CEA*. E o CEA
831 mandou esse ofício específico, que foi até lido na última reunião do CONSEMA. O CEA mandou e foi
832 lido da reunião. E mesmo assim vocês poderiam ter ligado. **Sr. Presidente:** Segundo a Secretaria
833 Executiva, Edi, o retorno da Assessoria jurídica da SEMA também se deu de ontem para hoje. Eu até peço
834 desculpas, mas houve um transtorno administrativo, espero que até na próxima reunião esse assunto seja
835 resolvido. Eu tenho também uma solicitação de uma manifestação de uma pessoa, a convite da nossa
836 Conselheira da Secretaria Estadual de Educação. Então, Conselheira, introduza o assunto e convite à
837 manifestação. **Sra. Faraildes Auta de Ávila:** Primeiro, eu queria uma informação, aquele CD do que foi
838 apresentado na reunião passada, que foi proposto que fosse para a Secretaria de Educação para divulgação
839 nas escolas, ficou pronto? **Sr. Presidente:** Não. **Sra. Faraildes Auta de Ávila:** Na Secretaria gostaram da
840 idéia, mas não chegou. Nós tivemos a visita na Secretaria do Sr. Idalino Zamboni, que está aqui junto com
841 o Sr. João Fernando, eles querem apresentar um produto, um dispositivo de potência de água. A minha
842 chefe achou que seria importante trazer para apresentar aqui, tendo em vista a representatividade e o peso
843 do Conselho. Eu não disse que não, porque eu não sabia se isso pode ser um assunto do Conselho ou não,
844 mas como está ligado à ecologia. Então, eles estão aqui. **Sr. João Fernando Diehl:** Obrigado. Boa-tarde a
845 todos. Eu sou um dos proprietários da Empresa Ecoágua e o nosso trabalho é a preocupação com o
846 combate ao desperdício de água. A nossa empresa está fundamentada em fabricação e desenvolvimento de
847 produtos tecnológicos para a redução do consumo da água. Eu tenho a proposta para reduzir
848 1.680.000.000 de litros por hora. Esta proposta tanto é pedagógica, conscientização e também com
849 instalação de equipamentos. **Sr. Paulo Brack (Questão e Ordem):** Eu gostaria de colocar que questões
850 como apresentação de empresas aqui no CONSEMA acho que não seria o tema para ser debatido. Nós
851 temos pautas muito mais importantes e eu colocaria ao Plenário para não dar continuidade a esse assunto.

852 **Sr. Presidente:** É que a Conselheira solicitou a apresentação de uma solução. Talvez a parte comercial,
853 João Fernando, a gente devesse deixar de lado em função do lado institucional. A gente tomou
854 conhecimento da existência de uma proposta sobre economia de água, que nós entendemos fundamental,
855 mas talvez a gente tivesse que conversarmos para uma futura apresentação para evitar algum
856 constrangimento por causa da preocupação comercial. Então, se for em relação a dados técnicos no gasto e
857 na gestão das águas tudo bem, senão a az uma reunião preliminar para averiguar e evitar esse tipo de
858 constrangimento tanto para a tua empresa quanto para nós do Conselho. **Sr. João Fernando Diehl:** Eu só

859 fiz as apresentações devido à importância que nós damos ao combate no desperdício de água, mas são
860 informações de alta relevância. Eu agradeço muito a todos vocês e me coloco à disposição. **Sr.**
861 **Presidente:** Mais alguma manifestação? **Sr. Jefferson André Floss:** Eu só queria frisar e voltar para a
862 questão do percentual da Mata Atlântica, porque em função do art. 25, a proteção do estágio inicial, e
863 também porque ocorre Ordens de Serviço nº 2/07, na letra *a*, autorização para o manejo da vegetação,
864 modalidade corte raso para o uso alternativo de solo em atividades agropastoris, poderá ser autorizado
865 somente para formações em estágio inicial. Eu queria frisar a preocupação da agência florestal de Caxias
866 do Sul em questão e ter sido encaminhados vários projetos de descapoeiramento. No meu entendimento,
867 essa ordem de serviço, além de várias instruções para os agentes, ela autorizou o manejo de vegetação no
868 estágio inicial, sendo que ainda não temos um percentual oficial de quanto tem de remanescente do bioma
869 Mata Atlântica no Rio Grande do Sul. **Sr. Presidente:** Ok, eu entendo a sua preocupação, só que nós os
870 Conselheiros aqui não temos conhecimento de quais são essas ordens de serviço baixadas pela SEMA.
871 Então, entendemos que esse assunto deva ser discutido dentro da SEMA, e à medida que a SEMA trouxer
872 para nós as ordens de serviço nós poderemos discutir. Agora não temos condições de discutir uma ordem
873 de serviço da Secretaria. Então, eu peço a sua compreensão de que nós vamos estudar o assunto, mas sem
874 ter recebido quais são essas ordens de serviço não há como o Plenário discutir. **Sr. Jefferson André**
875 **Floss:** Eu aceito, peço desculpas. Eu não vim com o intuito de discutir, é só levantar a preocupação em
876 função da nova lei e em função de que está complicado para todos os agentes essas definições. **Sr.**
877 **Presidente:** Eu agradeço a tua preocupação, mas o assunto vai ser encaminhado para uma posterior
878 discussão. Mais algum assunto, Srs.Conselheiros? Agradecemos a presença de todos e damos por
879 encerrada esta 94ª Reunião do Conselho. Obrigado. (*Encerra-se a reunião às 17h09min*)